

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 30 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6528742>



UNIVERSIDADE, CAPITALISMO E LUTA DE CLASSES

*Michel Goulart da Silva**

Resumo

Neste ensaio discute-se a universidade inserida no contexto do sistema econômico capitalista, problematizando o impacto da exploração do trabalho e da luta de classes sobre essas instituições. Procura-se mostrar como as relações de produção capitalistas influem sobre o conjunto de ações desenvolvidas nas universidades. O texto utiliza-se do referencial teórico marxista.

Palavras chave: Capitalismo. Luta de Classes. Universidade.

Abstract

This essay discusses the integrated university in the context of the capitalist economic system, questioning the impact of labor exploitation and class struggle on these institutions. Show how capitalist production relations influence the set of things developed in universities. The text uses the Marxist theoretical framework.

Keywords: Capitalism. Class Struggle. University.

INTRODUÇÃO

Embora a defesa do caráter público e gratuito da universidade seja de fundamental importância, qualquer análise sobre a presença do privado na educação superior não pode estar limitada às reivindicações imediatas dos movimentos sindical e estudantil. Para tanto, é preciso ter clareza de que os avanços do capital sobre as universidades não se devem a decisões equivocadas de gestores ou a uma vontade subjetiva da burguesia; e faz parte da própria constituição da universidade expressar, com todas as mediações possíveis, as contradições da sociedade em que está inserida. O trabalho dos intelectuais que atuam nas universidades e as pesquisas nelas realizadas respondem, direta ou indiretamente, às necessidades e dinâmicas da produção capitalista.

Segundo Marx (1982, p. 191), “o capital não cria a ciência e sim a explora apropriando-se dela no processo produtivo. Com isto se produz, simultaneamente, a separação entre a ciência, enquanto ciência aplicada à produção, e o trabalho direto”. O perfil que assume a universidade ou mesmo sua forma de gestão e de financiamento respondem aos interesses do capital. Suas sucessivas reformas, que normalmente se dão a partir de recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, buscam fazê-la responder de forma mais eficiente às mudanças que vão se operando no capitalismo.

Nesse processo, a burguesia encontra no Estado um valioso aliado, na medida em que este é responsável por elaborar as políticas públicas para a educação. Cabe ao Estado, diante das variações no

* Doutor em História. Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). Este texto discute temas anteriormente trabalhados em Silva (2020a, 2021 e 2022). E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br



modo e nas relações produções, adaptar as políticas educacionais aos interesses do capital, priorizando ora investimentos com recursos públicos, ora a entrega da educação à gestão privada, com ou sem recursos públicos. Portanto, a despeito de todas as mediações possíveis, em última instância, a educação sob o capitalismo é funcional à produção de valores de troca e à exploração do trabalho (SILVA, 2015). Não interessa de onde vem os recursos, pois, mesmo quando públicos, estão voltados aos interesses do capital. Não mesmo as Ciências Humanas escapam disso, afinal, ainda que muitas vezes apresentadas como críticas ou mesmo subversivas, têm a função de explicar fenômenos da cultura, do espaço e do tempo, contribuindo com o processo de produção de mercadoria (SILVA, 2020b).

O combate feito pelos “progressistas” dentro do espaço acadêmico possui pouco impacto. Por um lado, uma parcela da intelectualidade que se pretende crítica é hostil à revolução, sem questionar a natureza da universidade dentro do capitalismo, se limitando a lutar em defesa de políticas institucionais que podem auxiliar na manutenção de seus próprios interesses materiais, como financiamento de projetos e de bolsas. Não há espaço para a construção da revolução dentro das atuais estruturas acadêmicas, ainda que possa ser um espaço que ajude na organização de trabalhadores e estudantes. Trotsky afirmava ser

[...] necessário ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de *reivindicações transitórias*, partindo das atuais condições e da consciência de amplas camadas da classe operária e conduzindo apenas a uma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (TROTSKY, 2008, p. 20).

O entendimento de que a universidade se constitui em um ambiente reacionário dentro do capitalismo não deve ser interpretado como uma desculpa para abandonar o meio acadêmico. Pelo contrário, a presença de marxistas e de outras correntes críticas pode contribuir no processo de transformação da sociedade, desde que não fique presa aos muros dessas instituições. Pode-se afirmar que os intelectuais marxistas têm a

[...] tarefa de abrir a seus camaradas e ao conjunto dos homens de ciência, uma outra via, não só definindo as palavras de ordem e os meios de defesa eficaz da pesquisa científica ameaçada, de seu direito ao trabalho e à qualificação, mas também abrindo-lhes as mais largas perspectivas (BLOCH, 1980, p. 70).

O presente trabalho pretende discutir alguns dos aspectos estruturais referentes à universidade, para além das questões conjunturais, tendo como prioridade compreender o caráter da universidade e sua relação com as contradições da sociedade e a exploração do trabalho pelo capitalismo. Pretende-se também problematizar a atuação profissional e política de seus trabalhadores enquanto intelectuais.



Pretende-se, assim, pensar nos marcos de uma perspectiva estratégica a luta pela educação pública, gratuita e para todos.

A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DA ATIVIDADE ACADÊMICA

Pode-se afirmar que o fundamento que estrutura o meio acadêmico brasileiro é o da precarização. Embora existam alguns poucos núcleos que estão com melhores estruturas, sendo sua esmagadora maioria localizados nas universidades e centros de pesquisas públicos, a maior parte dos profissionais que produzem conhecimento científico o fazem em condições de extrema dificuldade. Primeiro, deve-se considerar a ausência de condições básicas para a realização das atividades, seja em termos de estrutura ou de pessoal, o que faz com que o pesquisador e seus colaboradores encontrem grandes dificuldades para concluir o trabalho e chegar ao resultado almejado. O fato de a maior parte das pesquisas ser feita em universidades faz com que os pesquisadores encontrem como dificuldade principalmente a escassez de tempo para se dedicar à pesquisa e à extensão, combinada a uma extensiva carga horária em sala de aula. Os professores das instituições privadas, com poucas exceções, não são incentivados a fazer pesquisa nem a atuar na pós-graduação. Paralelamente, nos espaços universitários, os técnico-administrativos, além de gastar a maior parte do seu tempo em tarefas burocráticas, sofrem com todo tipo de preconceitos e marginalização, tornando praticamente impossível a dedicação a outras atividades do espaço acadêmico, como pesquisa e extensão. Além disso, os centros de pesquisa públicos são poucos e, a despeito de produzirem excelentes trabalhos, não conseguem dar conta das necessidades demandadas pela sociedade.

Outro aspecto a ser considerado se refere à materialização da precarização na condição dos estudantes. Como os docentes têm dificuldades de tempo e de estrutura para realizar suas pesquisas, acabam sendo os estudantes os responsáveis por realizar boa parte do trabalho, cabendo ao coordenador se limitar a uma orientação genérica ou simplesmente colocar o nome no artigo final. Esse elemento se manifesta em especial numa divisão de tarefas em que a pesquisa dos orientadores é dividida em pedaços que os discentes assumem, independentemente do seu nível de formação. Com isso, grande parte das dissertações e teses desenvolvidas no interior dos grupos de pesquisa acabam sendo não o produto do interesse dos pesquisadores em formação, mas fragmentos de uma investigação cujos resultados estão voltados para os interesses e para o currículo do docente. Por outro lado, a despeito da enorme responsabilidade que acabam assumindo os discentes, inclusive na graduação, são pagas a eles bolsas que não condizem com suas necessidades vitais e mesmo de apoio às suas pesquisas. Em meio à necessidade de aquisição de bibliografia, de viagem para pesquisas e eventos, além de necessidades



primordiais, como se alimentar, os valores pagos pelas bolsas vão sendo corroídos pela inflação sem que haja qualquer política de reajuste. Um fator ainda mais degradante se refere ao fato de que, em um cenário de crise econômica e desemprego, para esses pesquisadores em formação a bolsa muitas vezes não está ligada a um projeto de vida e carreira como pesquisador, mas apenas a uma necessidade imediata de sobrevivência.

O processo de precarização faz com que uma grande quantidade de pessoas que atuam no meio acadêmico sejam profissionais sem condições de trabalho, obrigados a competir por escassas verbas, e estudantes que, além de sofrerem com as dificuldades estruturais oferecidas pela universidade, não encontram na pesquisa uma forma de satisfação pessoal. Em meio a tudo isso, se coloca a supervalorização da titulação, onde a obtenção do doutorado não é encarada como uma fase da formação do pesquisador, mas um objeto de poder que pode ser utilizado como uma forma de distinção dentro do ambiente acadêmico. Nas universidades o título de doutor pode representar também o ponto mais elevado dentro da burocracia universitária, ocupando cargos de direção ou mesmo a reitoria. O docente doutor pode orientar pesquisadores de todos os níveis de formação, pleitear todos os tipos de financiamento e, também, acessar a todos os cargos e órgãos disponíveis na instituição. Ademais, muitos doutores fazem questão não apenas de ressaltar sua titulação, mas de destacar que isso os torna especiais e, por isso, mais importantes que todos os demais profissionais que atuam na instituição, inclusive em comparação com técnicos doutores. Em relação aos estudantes, exigem não apenas o normal respeito entre profissionais, mas uma extrema submissão e reverência, como se a conclusão de um doutorado o tornasse uma pessoa especial a ser adorada por todos ao seu redor.

Cada vez mais são apontados com frequência os critérios de titulação como forma de obter desde financiamento de pesquisa até cargos na burocracia das instituições. Em função disso, não importa a relevância da pesquisa ou o papel que possui o pesquisador em sua área, mas somente a capacidade que ele tem de obter recursos, sejam públicos e privados, e as redes de contatos em que está inserido. Para a maior parte das instituições vale muito mais a pena ter um pesquisador que, embora sem grandes contribuições em sua área de pesquisa, possua amigos influentes em outras universidades e centros de pesquisa. Esse é um dos fatores que explicam a enorme quantidade de brilhantes pesquisadores que vem sofrendo com perseguições e até mesmo demissões em instituições não apenas privadas, mas inclusive públicas. Para que seja relevante, o título de doutor dos pesquisadores precisa estar acompanhado de uma rede de financiamento e alianças que possibilitem à instituição obter mais e mais recursos.

Na lógica institucional dominante, existem doutores dos mais variados tipos, como aqueles que, embora sendo pouco relevantes como pesquisadores, podem trazer recursos para a instituição, ou aqueles que veem sua titulação como uma forma de poder, colocando-se como uma espécie de



divindade naquele espaço, ou mesmo aqueles que são subaproveitados pela instituição, como ocorre com os técnico-administrativos que possuem doutorado. Não seria exagero afirmar que nas universidades a valorização de um doutor pouco tem relação com sua relevância como pesquisador e sua efetiva contribuição para o campo do conhecimento do qual faz parte, sendo mais importante o poder político que representa ou o que sua notoriedade e rede de contatos permitem em relação à captação de recursos para a instituição.

Essa ausência de priorização da produção do conhecimento produzido está relacionada a um dos problemas mais graves dos meios acadêmicos, que é a baixa qualidade teórica e metodológica das pesquisas. Esse processo tem relação direta com a crise na qual se encontra o sistema capitalista, que

[...] reflete-se numa crise dos valores burgueses, da moralidade, da religião, da política e da filosofia. O pessimismo que aflige à burguesia e aos seus ideólogos neste período se manifesta na pobreza de seus pensamentos, na trivialidade de sua arte e no vazio de seus valores espirituais. Expressa-se no espantinho filosófico pós-modernista, que se imagina superior a toda filosofia anterior, quando, na realidade, é absolutamente inferior (WOODS, 2009, p. 67).

Muitas das pesquisas se tornam meras repetições umas das outras, com pequenas variações, dentro de grupos de pesquisas ou como parte de redes. Produz-se uma grande quantidade de teses, dissertações e artigos que basicamente discutem os mesmos assuntos, apresentando pequenas mudanças nos objetos ou nos problemas a serem discutidos. Não há uma preocupação efetiva em testar novas metodologias e perspectivas, mas somente em chegar a um produto, o que obviamente é garantido por uma metodologia conhecida e utilizada de forma repetida e recorrente. Não se trata aqui de experimentos variados que levam a um novo conhecimento, podendo contribuir inclusive para uma renovação daquele campo de pesquisa, mas de um conhecimento pronto que basicamente vai sendo repetido à exaustão.

Uma consequência dessa repetição de métodos e procedimentos é um completo desdém pelo debate teórico. Evita-se produzir reflexões que exijam a leitura aprofundada de clássicos e um denso debate epistemológico, e que poderiam apontar para novas interpretações ou mesmo para construções teóricas inovadoras. O caminho mais comum é partir de algum referencial pronto, normalmente algum autor ou um campo da moda na Europa, e aplicar na pesquisa. Uma parcela mais cuidadosa ainda procura adaptar o referencial teórico para seu objeto de pesquisa, dando uma relativa coerência à metodologia, mas muitos apenas se alongam em citações que, com sorte, talvez façam sentido dentro da lógica do texto. Torna-se, assim, praticamente impossível a construção de um referencial teórico que apresente inovações e novos olhares para os objetos de pesquisa.

Essa baixa qualidade teórica e metodológica fica evidente na principal política de difusão desse raso conhecimento, que é a indústria de artigos. Construiu-se um complexo sistema de indicadores e



estatísticas que mede não a qualidade ou a importância do conhecimento produzido, mas a quantidade de textos que o pesquisador produz. Não importa o conteúdo desses textos, se repetem integralmente o que foi escrito antes ou mesmo se não tem alguma relevância, mas sim as citações que faz e que possa vir a obter, e em qual periódico foi publicado. Os textos podem não apresentar nenhuma contribuição para sua área do conhecimento, mas tornam-se importantes dentro da realidade paralela do mundo acadêmico caso tenham sido difundidos por alguma publicação considerada relevante, importância essa completamente subjetiva que somente faz sentido para um grupo específico de profissionais. O objetivo desses artigos produzidos em grande quantidade não é a apresentação de reflexões realizadas a partir de uma pesquisa com efetiva contribuição para seu campo de estudo, mas a obtenção de resultados que sejam mensuráveis por um sistema de avaliação definido com critérios arbitrários e desconhecido pela esmagadora maioria das pessoas.

Nesse cenário, de precarização do trabalho da pesquisa e de atribuição de pouca relevância ao conteúdo que se produz, a adesão aos modismos acaba sendo o caminho seguido em qualquer nível de formação. Os pesquisadores acabam ou adotando os temas mais comuns do momento ou incorporando métodos e teorias mais utilizados, na medida em que isso facilita tanto a obtenção de recursos e bolsas, como a publicação em revistas. O pesquisador deixa de ser um profissional que desbrava terras inóspitas e íngremes, onde poderia encontrar saberes ainda pouco conhecidos e nada explorados, para permanecer em uma terra lotada e totalmente desgastada. Outro aspecto tem relação com o fato de esses métodos, teorias e objetos de moda normalmente expressarem interesses privados que, mesmo quando não influem de forma direta sobre o financiamento da pesquisa, determinam a importância que se deve dar ao trabalho do pesquisador.

Essa busca por estar na moda e em harmonia com os temas e teorias dominantes nos meios acadêmicos também tem como consequência o fato de se evitar quaisquer polêmicas. Se há divergências teóricas, deve-se ou fazê-las da forma mais cordial possível ou até mesmo evitar torná-las públicas, embora a produção do conhecimento necessite do debate e da crítica para apontar não apenas limitações do trabalho realizado, como indicar possíveis caminhos a serem seguidos. Nos diversos campos, dominam teorias, temas e métodos quase consensuais, parecendo que todos falam a mesma coisa, com pequenas variações na forma. O meio acadêmico atualmente existente, com raras e marginalizadas exceções, não é constituído por um espaço de debate aberto e saudável, mas por um comodismo que aceita passivamente os modismos dominantes e a precarização estrutural.

Nos últimos anos, algumas vezes têm se levantando para denunciar os problemas enfrentados pelos pesquisadores, enfatizando especialmente cortes de verbas para fomento, dificuldades estruturais e a ameaça de perda de bolsas. Contudo, de forma geral, essas críticas não apresentam uma análise da



lógica perversa do meio acadêmico e do fato de que sua precarização não é um mero projeto de governo, mas uma estratégia diretamente ligada aos interesses do capital, que tem como objetivo a completa transformação do conhecimento em mercadoria. Deve-se ressaltar que

[...] as atividades intelectuais de produção da ciência e da tecnologia não se constituem processos autônomos, independentes da realidade concreta onde se efetivam. A ciência revela-se historicamente como instrumento de poder. Ela passa a atuar junto às forças produtivas de forma cada vez mais decisiva, ampliando cada vez mais sua potência econômica (ALMEIDA, 2012, p. 93).

Atualmente a indústria das revistas acadêmicas e as parcerias com empresas mostram grande força, deixando de lado a possibilidade de produção de conhecimentos que possam ter um caráter socialmente pensado e que apontem para uma perspectiva minimamente crítica. Com isso, a possibilidade de avanço na produção do conhecimento mostra-se bastante limitada.

OS INTELLECTUAIS E A LUTA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores das universidades acabam assumindo as mais variadas posições políticas diante dos ataques promovidos pelos diferentes governos, e o fato de terem uma formação acadêmica que se destaca no conjunto da sociedade gera uma particularidade: a maior parte desses trabalhadores se enxergam como *intelectuais*, ou seja, compõem um segmento social que não se vê como parte orgânica de uma classe e, por isso, seria capaz de analisar de forma mais precisa, e até mesmo pretensamente neutra, os problemas sociais e as disputas políticas que permeiam a sociedade. Embora sejam assalariados que, como qualquer trabalhador, precisam cumprir horários e produzir algum tipo de mercadoria, esses intelectuais se consideram uma espécie de elite privilegiada em meio à exploração capitalista.

Essa constatação sobre o caráter de classe e postura assumida pela intelectualidade não é novidade. Em 1939, Trotsky se referia à “pequena-burguesia educada academicamente”, apontando que

[...] seus preconceitos teóricos já tomaram uma forma acabada, desde os bancos da escola. Por conseguirem aprender uma grande quantidade de conhecimentos, tanto úteis como inúteis, sem ajuda da dialética, acreditam que podem continuar, sem problemas, a viver sem ela. Na verdade, prescindem da dialética somente à medida que não conseguem afiar, polir ou agudizar teoricamente seus instrumentos de pensamento, e na medida em que não conseguem romper com o estreito círculo de suas relações diárias. Quando se vêm confrontados com grandes acontecimentos, perdem-se facilmente e reincidem em seus hábitos pequeno-burgueses de pensamento (TROTSKY, 2011, p. 78).

Certamente há uma parcela de trabalhadores da educação superior, entre professores e técnico-administrativos, que, embora também sejam vistos como intelectuais, encaram a universidade para além



da atual institucionalidade e que, além de manter uma ativa prática política, entendem que somente a unidade dos trabalhadores na luta pelo socialismo poderá transformar efetivamente as instituições de ensino. Estes trabalhadores entendem que não são eles o centro da transformação revolucionária, ainda que se dediquem a cumprir algum papel auxiliando na mobilização do conjunto da classe. Contudo, esse setor, além de ser pouco numeroso, é marginalizado dentro do meio acadêmico, sendo seus representantes acusados de “doutrinadores” e “ideológicos” não apenas pela extrema direita, mas inclusive pelas parcelas “conservadora” e “crítica” da intelectualidade, que têm em comum, ainda que de diferentes formas, o combate ao marxismo e à revolução.

Os “intelectuais conservadores”, defensores da manutenção da ordem ou mesmo de ideologias abertamente reacionárias, vem se posicionando de forma completamente covarde diante dos ataques vindos dos últimos governos, em especial a partir do segundo mandato da presidenta Dilma. Como resposta aos ataques, buscam se adaptar às políticas implantadas, propondo medidas que sirvam de paliativo diante da destruição da educação pública e gratuita. Esses setores não se importam com a ampliação do funcionamento de fundações privadas ou de empresas terceirizadas nas instituições de ensino públicas. O princípio básico de suas ações passa centralmente por não enfrentar as políticas governamentais, recuando a cada ataque, não se importando com a corrosão do caráter público e gratuito das universidades e institutos federais.

Convivendo nos mesmos espaços que os “intelectuais conservadores”, há outro grande grupo que poderíamos chamar de “intelectuais críticos”. Esse setor, diante dos ataques que vêm sendo perpetrados, rapidamente se posiciona contra as medidas do governo e se lança em suas redes sociais a manifestar sua indignação. Parte deles, inclusive, auxilia na análise da conjuntura política e do impacto que os ataques podem ter sobre as instituições de ensino. Contudo, esse setor apresenta pelo menos dois limites. Um deles tem a ver com a ausência de prática política, sem qualquer dedicação ao cotidiano da construção de seus sindicatos, participando de assembleias apenas de forma esporádica, normalmente quando se discute algo que lhe interessa diretamente. Sua atuação se dá muito mais em espaços paralelos, como fóruns de debate em que participam inclusive os gestores das instituições, que basicamente visam discutir a manutenção das instituições como estão agora, limitando-se a mobilizações contra os ataques imediatos.

Um segundo limite dos “críticos” tem a ver justamente com a perspectiva que possuem sobre as instituições, ou seja, não enxergam a necessidade das mobilizações para além da resistência aos ataques conjunturais. Entendem que os ataques sofridos pelas instituições de ensino são nocivos unicamente na medida em que afetam seus próprios interesses, ao ameaçá-los enquanto elite produtora de conhecimento institucionalizado. Esses setores “críticos” pensam estrategicamente na melhoria da



educação superior nos marcos do Estado capitalista, atuando politicamente de tal forma a se tornar gestores das instituições e, com isso, passar a aplicar uma política de limitadas reformas nos marcos da sociedade burguesa.

Ainda que esses setores “críticos” sejam aliados no combate aos ataques conjunturais promovidos pelo governo, eles se limitam a lutar por uma melhoria superficial do espaço universitário como existe hoje. Escrevendo em 1910, Trotsky (1969, p. 182) alertava para o processo de absorção da intelectualidade pelo capitalismo, recrutando “as forças intelectuais mais talentosas, aquelas com poder de iniciativa e força de raciocínio”. Trotsky (1969, p. 184) apontava que a intelectualidade

depende para sua sobrevivência dos pagamentos provenientes do lucro industrial, da renda da terra ou do orçamento estatal, e, portanto, se configura como direta ou indiretamente dependente das classes capitalistas ou do Estado capitalista.

Essas reflexões de Trotsky, aplicadas ao contexto atual das universidades, nos permite entender que tanto o intelectual “conservador” que se esconde atrás de suas mesas quanto aqueles intelectuais que criticam superficialmente os problemas da universidade não estão fazendo outra coisa que não defender seus próprios interesses materiais. Diferente dos trabalhadores da educação que se reconhecem como parte da classe trabalhadora, esses intelectuais querem se distanciar da rebelião que vem sendo gestada entre os demais trabalhadores. Trotsky apontava que “tais pessoas não querem e não podem ver que seus uniformes de trabalho só se distinguem dos macacões dos operários pelo corte mais caprichado” (TROTSKY, 1969, p. 185).

A postura de parte dos intelectuais “críticos” em combater o marxismo e a revolução está relacionada à incapacidade deste setor de se ligar ao movimento concreto da classe trabalhadora, suas lutas e suas organizações, acreditando que a mera exposição retórica de suas opiniões pode ter algum impacto na realidade, sem que precisem se somar à mobilização da classe. Trotsky apontava que a intensificação da luta entre o trabalho e o capital impede que os intelectuais cruzem

[...] o campo em direção ao partido dos que defendem os trabalhadores. As pontes entre as classes estão quebradas e, para atravessar de um lado a outro, seria necessário saltar sobre um abismo que se torna a cada dia mais profundo (TROTSKY, 1969, p. 188).

Mesmo diante da profundidade dos ataques mais recentes promovidos pelo governo e da situação de calamidade em que se encontram as universidades e os institutos federais, é pouco provável que a intelectualidade lute para transformar radicalmente o espaço acadêmico. Uma parcela deve completar seu processo de absorção pelo capital, cada vez mais buscando financiamento privado para seus projetos. Os intelectuais “críticos”, quando muito, organizarão palestras e atividades dentro dos muros



das universidades, falando para eles próprios, enquanto pensam em formas de minimizar o impacto dos ataques sobre seus projetos, nem que para isso seja preciso legitimar o corte de bolsas para seus orientandos ou ser conivente com a demissão e os ataques a outras categorias, em especial os trabalhadores terceirizados.

OS INTELLECTUAIS, AS UNIVERSIDADES E O MARXISMO

Nas últimas décadas, os meios acadêmicos parecem ter escolhido o marxismo como um inimigo a ser combatido. Enquanto autores afinados com o nazismo ou com a extrema direita gozam de espaço e até mesmo servem de base para as teorias pós-modernas, como é o caso de Martin Heidegger, declara-se que o marxismo está ultrapassado, que possui uma natureza autoritária, que não é capaz de analisar fenômenos da cultura, além de outras acusações infundadas. Criam-se as mais variadas explicações para impedir que os jovens acadêmicos tomem contato com o marxismo e, caso se disponham a fazê-lo, tentam garantir que absorvam leituras permeadas pelos mais variados preconceitos e incorreções.

Os poucos intelectuais presentes no meio acadêmico que se reivindicam inseridos na tradição marxista raramente fazem um efetivo combate contra as ideologias reacionárias que permeiam universidades e centros de pesquisa. Esses intelectuais, em sua maioria, apresentam o marxismo como uma das possíveis formas de interpretação da realidade, relativizando a produção do conhecimento e colocando-o no mesmo nível das correntes burguesas. Além disso, dentre os acadêmicos que reivindicam o marxismo são raros os que possuem uma efetiva prática política; quando muito o fazem dentro dos limites de seu próprio sindicato (e às vezes nem isso). O marxismo acadêmico, com raríssimas exceções, se insere nos muros das universidades, sem questionar a natureza reacionária do ambiente acadêmico e se colocando como mero observador da luta de classes.

Existe um absoluto isolamento da universidade em relação à luta política concreta dos trabalhadores contra o capitalismo. Os intelectuais pós-modernos, mesmo os que se dizem progressistas, são absorvidos pelas estruturas reacionárias dos espaços acadêmicos, tornando-se reprodutores da exploração de classe que se expressa nessas instituições. Os marxistas acadêmicos se limitam a um combate teórico em polêmica com seus pares dentro das universidades e, em paralelo, criam todo o tipo de explicações para neutralizar, criticar ou mesmo desqualificar as organizações revolucionárias dos trabalhadores. Criam-se polêmicas que não tem qualquer relação com a realidade concreta da classe e apresentam-se soluções reformistas para as contradições da sociedade.

Os representantes da intelectualidade acadêmica, inclusive uns tantos que se reivindicam marxistas, se colocam intencionalmente fora da luta de classes, negando inclusive sua condição de



trabalhadores. Alguns destes intelectuais se consideram mentores que poderiam levar os trabalhadores ao caminho correto para a realização de suas lutas. Outros destes intelectuais resumem a exploração do trabalho e a luta de classes ao que chamam de “disputas de narrativas”, onde fragmentos identitários buscariam uma maior representatividade na sociedade. Os intelectuais acadêmicos procuram se isentar da luta de classes e da construção de uma estratégia política que coloque como centro a derrubada do capitalismo e de todas as instituições que o defendem. Mesmo que se apresentem como “promotores do avanço científico e técnico em geral, eles se identificam com os interesses do capital, uma vez que é o movimento geral deste que determina as prioridades acadêmicas” (ALMEIDA, 2012, p. 81).

Os intelectuais acadêmicos, marxistas ou pós-modernos, ao limitarem sua atuação ao espaço universitário, são cooptados pelo elitismo acadêmico, considerando-se acima de qualquer tipo de conflito e, por isso, os únicos capazes de indicar os caminhos corretos. Essa intelectualidade assume um completo preconceito em relação ao trabalho manual, como se os operários ou outras categorias de trabalhadores não tivessem capacidade para analisar e entender a exploração a que estão submetidos. Semeiam a crença de que somente os intelectuais acadêmicos, enclausurados em suas cátedras, poderiam olhar para os conflitos da sociedade e, a partir desse olhar que se pretende científico e objetivo, propor saídas que, necessariamente, passam pela conciliação entre as partes em luta.

Construiu-se a ideia de que o conhecimento científico é somente aquele legitimado pela burocracia acadêmica. Essa institucionalização do conhecimento científico faz com que os intelectuais acadêmicos sejam vistos como donos da verdade ou os únicos autorizados a discutir essas verdades. Essa é uma perigosa visão que faz com que somente uma elite esclarecida seja considerada dona do conhecimento científico, ignorando que este é uma produção social coletiva, que em muito ultrapassa um conjunto de artigos publicados em periódicos reconhecidos pelas instituições do Estado. No campo científico, a decadência histórica do capitalismo “se manifesta como processo de fragmentação do conhecimento que o segmenta profundamente da realidade e de si mesmo” (COGGIOLA, 2001, p. 57).

Os fenômenos da realidade existem concretamente e sua análise, ainda que necessite de um domínio do método científico e de um árduo trabalho de pesquisa, não depende de um diploma universitário. Em milhares de anos a humanidade produziu e acumulou uma grande quantidade de conhecimentos, que deveriam ser acessados por quaisquer pessoas, para compreender os mais variados fenômenos da realidade em que estão inseridos. Os métodos de pesquisa não são uma exclusividade das instituições universitárias, mas o produto de milênios de investigações, experiências e sistematizações realizadas pela humanidade. O papel central das universidades está em organizar e difundir esses conhecimentos, promovendo o avanço de pesquisas.



Esses conhecimentos, independente da área de pesquisa, quando colocados nas mãos dos trabalhadores podem ser revolucionários, e caso venham a ser efetivamente apropriados pela classe revolucionária, a produção do conhecimento pode não apenas desvelar os fenômenos da realidade, como superar os limites impostos pelo elitismo acadêmico e pelas necessidades do lucro capitalista. É preciso analisar os fenômenos em sua materialidade, não se colocando no círculo vicioso das “disputas de narrativas”, e compreendendo a impossibilidade da neutralidade dentro de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Segundo Bloch (1980, p. 71-2),

os marxistas colocam os sábios diante de suas responsabilidades. Eles não são a nova vanguarda da humanidade. Sua qualidade de sábios não lhes dá, em política, nenhuma competência particular. Mas importa-lhes, com a autoridade imensa que será então a deles, tomar suas responsabilidades – e por isso mesmo seu lugar no combate, ao lado da classe operária, por uma sociedade socialista sem classe.

Não pode haver o apego às instituições existentes do Estado. O espaço acadêmico na sociedade capitalista está ocupado em produzir e colaborar com a ideologia de classe, sendo um entrave para os efetivos avanços científicos socialmente necessários. Isso não se deve a uma questão subjetiva dos pesquisadores acadêmicos ou dos gestores das universidades, mas a situação concreta do capitalismo, marcado pela “transformação das forças produtivas, das quais a ciência faz parte, em forças destrutivas” (BLOCH, 1980, p. 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço universitário expressa as contradições da sociedade capitalista e, com mediações das mais variadas, a exploração de classe da burguesia. Esse modelo de universidade tem como tarefa mais evidente a formação de força de trabalho, também cabendo às instituições também auxiliar o capital no processo de produção de mercadorias, desenvolvendo não apenas novas tecnologias, como também métodos de pesquisa e diagnósticos sobre diferentes aspectos da sociedade. Para responder aos interesses do capital, a universidade, ainda que pública e gratuita, precisa ser um espaço elitista, de liberdades democráticas restritas e que controla a participação política de trabalhadores e de estudantes. Nesse sentido, os diferentes sujeitos que constroem a universidade devem discutir os problemas das instituições para além dos problemas conjunturais, compreendendo sua relação intrínseca com o sistema econômico. Por outro lado, precisam organizar-se como parte da classe trabalhadora no sentido de lutar por uma nova universidade, que expressa as transformações econômicas e políticas de uma nova sociedade.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **A pesquisa acadêmica no século XXI**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

BLOCH, Gerárd. **Ciência, luta de classes e revolução**. São Paulo: Palavra, 1980.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã/Pulsar, 2001.

MARX, Karl. **Progreso técnico y desarrollo capitalista (manuscritos 1861-1863)**. México: Pasado y Presente, 1982.

SILVA, Michel Goulart da. “Capitalismo, pós-graduação e adoecimento mental”. **Metodologias e Aprendizado**, vol. 5, janeiro, 2022.

SILVA, Michel Goulart da. “Educação profissional, capital e força de trabalho no Brasil”. **Germinal**, vol. 7, n. 2, 2015.

SILVA, Michel Goulart da. “A produtividade acadêmica e o problema da coautoria”. **Potemkin**, vol. 1, n. 2, 2020a.

SILVA, Michel Goulart da. “Reflexões sobre a história das Ciências Humanas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020b.

SILVA, Michel Goulart da. “Universidade, capitalismo e produção do conhecimento”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 5, n. 15, 2021.

TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. “Intelligentsia y socialismo”. *In*: **Literatura y revolución**. Paris: Ruedo Ibérico, 1969, t. 1.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Iskra, 2008.

WOODS, Alan. **Reformismo ou revolução**. São Paulo: Editora Marxista, 2009.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 30 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima